



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 7ª VARA EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Processo n.º: 0203711-65.2016.8.19.0001
Recuperação Judicial da Oi S/A e outras

O **Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro**, por seu órgão de execução – 1ª Promotoria de Justiça de Massas Falidas da Comarca da Capital – RJ, funcionando nos presentes autos como *custos legis*, com fundamento no art. 1.022 do CPC vem, tempestivamente, propor

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

à r. decisão de fls. 311.437/311.442, pelos fundamentos e motivos a seguir expostos:

I - DA TEMPESTIVIDADE DO PRESENTE RECURSO

A decisão ora atacada foi prolatada no dia 26 de junho de 2018 e, assim, considerado **o prazo recursal em dobro** aplicável à espécie (art. 1.022 c/c 180 ambos do CPC), tem-se como evidente a tempestividade dos embargos de declaração, interpostos nesta data.

II - DA LEGITIMIDADE RECURSAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Lei 11.101/2005 não alterou a sistemática prevista no Decreto Lei 7.661/45, no sentido da ampla atuação do Ministério Público, notadamente, no tocante aos recursos em matéria de recuperação judicial.

Outrossim, a própria Lei 11.101/2005, em seu artigo 189, determina a possibilidade de ser aplicado o Código de Processo Civil aos processos falimentares e de

TJRJ CAP EMP07 20180010108150041 06/07/18 19:30:4813368 PROTELET



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



recuperação judicial, de sorte que incide a hipótese disposta no artigo 996, do referido diploma legal, que prevê a legitimidade recursal do Ministério Público, ainda que na qualidade de fiscal da lei.

O Superior Tribunal de Justiça, no sentido deste raciocínio, sumulou a matéria, conforme enunciado 99, *in verbis*:

“O Ministério Público tem legitimidade para recorrer no processo em que oficiou como fiscal da lei, ainda que não haja recurso da parte”.

III- DO CABIMENTO DO PRESENTE RECURSO E DA NECESSIDADE DE ESCLARECIMENTO DE OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NA R. DECISÃO RECORRIDA:

Como é sabido, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou para corrigir erro material (art. 1.022 do CPC), eliminando-se, assim, eventuais defeitos, de forma a alcançar a tutela justa, efetiva e clara.

Ocorre que, repetindo fatos análogos aos que deram ensejo aos embargos ínsitos às fls. 305.831/305.835, as recuperandas, mais uma vez, adotaram redação ao final de seu pedido incluindo, desta feita, expressão que enseja interpretação muito mais ampla em relação à sua fundamentação, causando obscuridade ou necessidade de eliminação de contradição na r. decisão proferida.

Explica-se:

As recuperandas peticionaram buscando a extensão dos efeitos da tutela de urgência, em caráter incidental, para que a submissão das empresas devedoras ao regime



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

de recuperação judicial não significasse impedimento para a participação de licitações (fls. 306.491/306.498).

Aliás, o afastamento da exigência da habilitação econômico-financeira foi objeto da r. decisão de fls. 89.496/89.525, de 29/06/2016, ocasião em que este respeitável juízo restringiu as autorizações de participação em licitações se “relacionadas à submissão das empresas devedoras ao regime de recuperação judicial”.

Todavia, as recuperandas, após embasarem seu requerimento unicamente no sentido de que sua habilitação econômico-financeira não fosse exigida nos certames, no último parágrafo de sua petição, incluíram a expressão genérica que grifamos a seguir:

*“(iv) adicionalmente, as recuperandas requerem que, caso qualquer sociedade integrante do Grupo Oi, notadamente a Oi S.A, Telemar Norte Leste S.A, seja inabilitada, ou de qualquer forma, impedida de participar de algum dos certames regidos pelos Editais listados no documento anexo (doc. 1), em razão de cláusulas de habilitação econômica-financeira **ou de outras regras de natureza similar**, seja invalidada a decisão administrativa que declarar a inabilitação ou que venha a impedir a participação das recuperandas no certame, determinando-se que seja imediata e regularmente admitida a participação das empresas do Grupo Oi em todas as etapas do respectivo procedimento licitatório.”*

Em sequência, foi proferida a r. decisão recorrida que acolheu a totalidade dos pedidos das recuperandas, inclusive aquele insito no item “(iv)” copiado acima, contendo a aludida expressão de cunho geral.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Como se sabe, para a participação em procedimentos licitatórios exige-se, além da prova da qualificação econômica-financeira, a apresentação de documentos outros capazes de demonstrar a existência de habilitação do licitante, consoante o que estabelece a Lei n. 8.666/93:

“Art.27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I-habilitação jurídica;

II-qualificação técnica;

III-qualificação econômico-financeira;

~~IV-regularidade fiscal.~~

IV – regularidade fiscal e trabalhista;”

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.”

Deste modo, vislumbra-se que a adoção da expressão genérica acima transcrita pode ensejar a interpretação de que a r. decisão recorrida, além de afastar a exigência do inciso III do art. 27, também determinou que das recuperandas não fosse exigida a demonstração de requisitos outros, tidos como “similares”, sendo de todo necessário que o *decisum* embargado seja esclarecido neste aspecto em sua parte dispositiva, alinhando-se com os fundamentos que o embasam.

III – CONCLUSÃO:

Diante de todo o exposto, o Ministério Público pugna seja dado provimento aos presentes embargos, a fim de que conste que a decisão embargada somente afasta a exigência de qualificação econômica-financeira das recuperandas.

Rio de Janeiro, 05 de julho de 2018.

Daniela Abritta C. R. de Freitas
Promotora de Justiça